

Relatório do Auditor Externo



TRIBUNAL DE CUENTAS
DE ESPAÑA

Organização Pan-Americana da Saúde

Relatório sobre a auditoria das demonstrações financeiras de 2016

O objetivo da auditoria é colaborar com a organização auditada para atingir seus objetivos, cumprindo os princípios de transparência, legalidade e gestão financeira sólida.

O Tribunal de Contas da Espanha, chefiado por seu Presidente, proporciona serviços de auditoria externa a organizações internacionais, trabalhando independentemente de seu papel como Suprema Instituição de Auditoria da Espanha. O Presidente e o Tribunal de Contas são independentes do Governo da Espanha e asseguram o gasto apropriado e eficiente dos fundos públicos e prestação de contas ao Parlamento Espanhol. O Tribunal de Contas faz a auditoria das contas de todos os órgãos do setor público, bem como dos partidos políticos, colabora em tarefas relacionadas ao seu papel como membro ativo de INTOSAI e EUROSAI e participa de atividades de auditoria em projetos da União Europeia e outras entidades.

Sumário

1. Resumo Executivo	90
2. Análise financeira	92
3. Representações nos países	94
4. Questões de governança	97
5. Acompanhamento de recomendações do ano anterior	103
Anexo A: Resumo das recomendações da auditoria	104
Anexo B: Implementação das recomendações do ano anterior	106

1. Resumo Executivo

1.1. Introdução

- 1 Emitimos um parecer de auditoria sem ressalvas acerca das demonstrações financeiras da Organização Pan-Americana da Saúde (doravante “OPAS”) correspondentes a 2016 que apresentam fielmente, em todos os aspectos significativos, a situação financeira e os resultados das operações e dos fluxos de caixa para o exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2016; e confirmamos que nossa auditoria não revelou deficiências nem erros que consideremos de importância para a exatidão, o caráter integral e a validade das demonstrações financeiras.
- 2 Devido a circunstâncias imprevistas relacionadas com o novo sistema de planejamento de recursos na OPAS, os relatórios das demonstrações financeiras foram colocados à disposição do Tribunal de Contas depois da data inicialmente estipulada. Com o fim de que o Tribunal de Contas tivesse tempo suficiente para efetuar a auditoria, a OPAS propôs prorrogar o prazo para apresentar o parecer de auditoria e o relatório detalhado sobre a auditoria correspondente a 2016 e, posteriormente, modificou-se o artigo 7 da Carta de Compromisso assinada em 21 de junho de 2016 para que ficasse da seguinte maneira:
“O Tribunal de Contas concluirá (assinará e datará) o parecer de auditoria e o relatório detalhado sobre a auditoria correspondente a 2016 e os enviará à Diretora da OPAS, junto com as demonstrações financeiras revisados, o mais tardar em 28 de abril de 2017.”

1.2. Resultados gerais da auditoria

- 3 Verificamos as demonstrações financeiras da OPAS em conformidade com as Normas Internacionais de Auditoria formuladas pela Federação Internacional de Contadores (IFAC), as Normas e Diretrizes de Auditoria formuladas pela Junta de Auditores das Nações Unidas e as Normas Internacionais de Auditoria das Instituições Supremas de Auditoria (ISSAI).
- 4 O parecer de auditoria confirma que estas demonstrações financeiras apresentam fielmente, em todos os aspectos materiais, a situação financeira em 31 de dezembro de 2016 e os resultados o ano encerrado nessa data; que as demonstrações foram preparadas de forma adequada em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (IPSAS) e as políticas contábeis estabelecidas; e que, em todos os aspectos fundamentais, as transações que constituem a base das demonstrações financeiras foram feitas em conformidade com o Regulamento Financeiro e aplicadas às finalidades propostas pela Conferência Sanitária Pan-Americana ou pelo Conselho Diretor.
- 5 Nossos procedimentos de auditoria foram concebidos principalmente para poder emitir um parecer de auditoria. Incluíram um exame dos controles internos e dos sistemas e procedimentos contábeis, unicamente com o alcance considerado necessário para a execução eficaz da auditoria. O trabalho de auditoria não incluiu um exame detalhado de todos os aspectos dos sistemas de informação orçamentária e financeira da OPAS. Por conseguinte,

nossos resultados não devem ser considerados como uma declaração integral de todas as deficiências que existem, nem de todas as melhorias que poderiam ser feitas nos sistemas e procedimentos que estão sendo utilizados.

- 6 A seguir apresentam-se as observações e as recomendações principais de nossa auditoria. Nossas recomendações estão resumidas no anexo A. As medidas de acompanhamento adotadas pela gerência em resposta às recomendações incluídas no relatório detalhado de 2015 encontram-se no Anexo B.
- 7 As demonstrações financeiras de 2016 correspondem ao quinto ano da designação do Tribunal de Contas da Espanha como auditor externo da OPAS.
- 8 Gostaríamos de agradecer à OPAS pelo enfoque profissional e construtivo adotado nesta relação de auditoria externa. Confiamos em que a gerência da OPAS siga comprometida sempre com o processo de auditoria e procure melhorar os processos e os procedimentos em resposta às nossas recomendações de auditoria.

1.3. Resumo dos resultados principais

- 9 Neste relatório analisamos a situação financeira da Organização e apresentamos nossas conclusões com relação às representações nos países e questões de governança.
- 10 Na Representação no Brasil analisamos especificamente a administração do projeto Mais Médicos durante 2016 e, em particular, seu quadro de controle interno. Concluímos que este quadro continua sendo sólido, que todos os cargos criados para apoiar o projeto estavam cobertos, que se aplicaram novas ferramentas e que a maioria de nossas recomendações estavam em execução ou já haviam sido atendidas. No entanto, alguns aspectos da administração deste projeto devem ser melhorados, como, por exemplo, o exame e acompanhamento das deserções dos médicos participantes, a capacidade da base de dados sobre os médicos cubanos e a classificação dos gastos.
- 11 Quanto às demandas judiciais contra o projeto Mais Médicos em 2016 e 2017, ao menos 50 médicos cubanos apresentaram demandas relacionadas à solicitação de obter uma prorrogação de seus contratos e obter as mesmas condições de trabalho que outros médicos não cubanos que trabalham no projeto. Além disso, a demanda principal continua não resolvida. No entanto, outras demandas que estavam no Tribunal do Trabalho do Brasil foram concluídas sem nenhuma repercussão no projeto.

A OPAS deve continuar fazendo o acompanhamento da forma como evolui a situação e manter o plano de contingência atualizado, o que inclui as possíveis consequências das demandas apresentadas em 2016.
- 12 Em janeiro de 2016 entrou em funcionamento o Sistema de Informação Gerencial da Repartição Sanitária Pan-Americana (PMIS). Esta é a primeira vez que o relatório financeiro da OPAS é elaborado usando o Workday, um sistema novo. Apesar do grande esforço realizado

- pela Organização, consideramos que ainda há uma série de pontos fracos que repercutem sobre a percepção geral da utilidade do sistema e da qualidade dos dados gerados.
- 13 Dado que o PMIS/Workday é um projeto fundamental para a Organização, incentivamos a OPAS a manter o apoio institucional, na forma de uma tarefa permanente, para aproveitar ao máximo os benefícios derivados da disponibilidade de informação administrativa.
- 14 Conforme previsto no Regulamento e o Estatuto do Pessoal da Repartição Sanitária Pan-Americana, a Organização financia os benefícios e direitos dos funcionários atuais e dos aposentados. No fim de 2016, o valor líquido dos passivos correntes e não correntes do Seguro Saúde do Pessoal (SHI) alcançou US\$ 218,88 milhões. Esta cifra do passivo foi obtida a partir de um cálculo atual do valor atuarial das obrigações presentes e futuras relacionadas com o Seguro Saúde dos funcionários e dos aposentados. Em novembro de 2016 foi assinado um memorando de entendimento com o fim de unificar e simplificar a administração futura dos passivos gerais do fundo SHI e permitir que se transfiram ativos do fundo para o seguro saúde pós-serviço (ASHI) da OPAS ao fundo SHI da OMS com o objetivo de administrá-los de maneira mais eficiente.

2. Exame financeiro

- 15 Os comentários da Diretora sobre as demonstrações financeiras apresentam uma análise integral da atividade financeira da Organização em 2016. Examinamos a informação financeira apresentada e verificamos que coincidiu com a informação contida nas demonstrações financeiras; além disso, oferecemos uma análise detalhada para melhorar o entendimento.
- 16 Com base na nossa auditoria das demonstrações financeiras, identificamos vários assuntos que, a nosso modo de ver, é importante sublinhar neste relatório. Estes assuntos são os seguintes:
- No exercício financeiro de 2016, primeiro ano do biênio orçamentário, a OPAS registrou um excedente líquido de US\$ 21,8 milhões. Isto representou uma importante variação com relação ao ano anterior, no qual foi registrado um déficit de US\$ 8,8 milhões. A seguir detalham-se as causas principais desta variação.
 - A receita total passou de US\$ 1,460 bilhão em 2015 para US\$ 1,448 bilhão em 2016, o que representa uma diminuição de 0,8%.
 - Em 2016, a receita total pela compra de suprimentos de saúde pública aumentou 6,2% alcançando US\$ 686,5 milhões, em comparação com US\$ 646,2 milhões em 2015. Por meio de amplos processos de licitação internacional, a OPAS pode adquirir, a preços acessíveis, vacinas, equipamentos e suprimentos de saúde pública em nome dos Estados Membros e das instituições internacionais. Estas receitas são a principal fonte de receita: representando 47,4% do saldo geral de receita.

- A receita gerada em 2016 pelas contribuições voluntárias diminuiu 7,8% em comparação com o ano anterior, ficando em US\$ 571,5 milhões. Este tipo de receita foi a segunda fonte principal de receita em 2016, e representou mais de 39,5% da receita total.
- As receitas diversas aumentaram em 2016 e passaram de uma cifra negativa de -US\$ 8,8 milhões no final de 2015 para uma cifra positiva de US\$ 21,6 milhões em 31 de dezembro de 2016. As receitas diversas incluíram principalmente as reavaliações cambiais, os juros e os lucros e dividendos resultantes das taxas de câmbio.

A principal explicação deste aumento nas receitas é o aumento de US\$ 6,4 milhões no valor dos investimentos em moedas diferentes do dólar dos Estados Unidos e dos fundos líquidos disponíveis, em comparação com uma redução de US\$ 15,8 milhões em 2015.

Os juros auferidos também aumentaram, ao passarem de US\$ 8,1 milhões em 2015 para US\$ 12,9 milhões em 2016, o que representa um aumento de 59,2%.

- Os gastos da OPAS diminuíram 2,9%, ao passarem de US\$ 1.468.900.000 em 2015 para US\$ 1.426.500.000 em 31 de dezembro de 2016.
- Os gastos por compras (suprimentos, materiais e produtos básicos) aumentaram 5,5%, ao passarem de US\$ 644,8 milhões em 2015 para US\$ 680,5 milhões em 2016. Estes gastos foram a principal fonte de gastos, ao representarem 47,7% do saldo geral dos gastos.
- Os desembolsos para doações e transferências a contrapartes passaram de US\$ 480,9 milhões em 2015 para US\$ 441,3 milhões em 2016, o que representa uma diminuição de 8,2%; 95,8% desta soma correspondem ao projeto Mais Médicos (US\$ 422,7 milhões de gastos em 2016 para esse tipo de pagamentos).
- Os custos do pessoal e outros custos afins diminuíram 6,3%, ao passarem de US\$ 185,5 milhões em 2015 para US\$ 173,9 milhões em 2016.
- O custo resultante da depreciação e da amortização alcançou a soma de US\$ 1,9 milhão em 2016. A diferença com relação ao ano anterior (US\$ 7,1 milhões) deveu-se ao resultado de uma reavaliação negativa dos terrenos e edifícios realizada no encerramento do período contábil anterior.
- Os custos de viagens diminuíram 46,7%, ao passarem de US\$ 68 milhões em 2015 para US\$ 36,2 milhões em 2016. Os serviços contratuais subiram US\$ 72,1 milhões em 2015 para US\$ 80,3 milhões em 2016, o que implica um aumento de 12,75%.
- O valor do ativo corrente total da OPAS diminuiu US\$ 39,5 milhões, ao passar de US\$ 766 milhões em 2015 para US\$ 726,5 milhões em 2016.

- Os investimentos em curto prazo diminuíram de US\$ 256,8 milhões em 2015 para US\$ 239,7 milhões em 2016. Os valores a receber em conta corrente diminuíram de US\$ 358,3 milhões em 2015 para US\$ 349,6 milhões em 2016.
- No caso das contribuições voluntárias, os valores a receber aumentaram 14,7%, ao passarem de US\$ 181,4 milhões em 2015 para US\$ 208,2 milhões em 2016, mas os valores a receber do projeto Mais Médicos diminuíram de US\$ 111,9 milhões em 2015 para US\$ 102,6 milhões em 2016.
- O saldo dos investimentos a longo prazo ficou em US\$ 297,7 milhões, soma que deveria ser adequada para cobrir as necessidades da OPAS assinaladas como passivos a longo prazo.
- Devido principalmente à amortização de 2016, o valor das propriedades, instalações e equipamentos caiu de US\$ 110,3 milhões em 2015 para US\$ 108,4 milhões.
- As obrigações correntes da OPAS aumentaram de US\$ 576,1 milhões em 2015 para US\$ 589,3 milhões em 2016.
- O passivo corrente e não corrente dos benefícios aos funcionários diminuiu 1,1%. Assim, a soma de US\$ 223,9 milhões registrada em 2015 converteu-se em um passivo de US\$ 221,4 milhões no encerramento de 2016.
- De uma perspectiva de curto prazo, a OPAS conta com recursos suficientes para financiar os benefícios do pessoal. No entanto, o financiamento futuro desta obrigação poderia constituir um desafio financeiro para a Organização.
- A OPAS dispõe de recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações (US\$ 262,6 milhões em saldos dos fundos e reservas, uma quantia 14,4% maior que a de 2015).

3. Representações nos países

3.1. Introdução

- 17 A OPAS está presente em mais de 30 países em toda a Região das Américas. As operações e a execução de projetos da OPAS em cada país são administradas por sua rede de representações e centros pan-americanos. A OPAS financia suas atividades com dotações do orçamento ordinário, além dos fundos para projetos específicos. Os desembolsos desses escritórios em 2016 (incluindo o projeto Mais Médicos) somaram cerca de US\$ 632 milhões (US\$ 613 milhões em 2015), e foram um componente importante das atividades da OPAS. Portanto, efetuamos visitas de campo para nos assegurarmos de que as operações administradas localmente, os gastos e os mecanismos de controle estabelecidos foram levados a cabo de maneira adequada.

- 18 Nossa seleção das representações nos países foi feita mediante uma avaliação dos riscos, que levou em conta o nível do gasto e a data de nossa última visita de auditoria (se houve), entre outras considerações (por exemplo, entrevistas com o pessoal e os gerentes da Sede). Também consideramos as recomendações do Comitê de Auditoria e os resultados das visitas de controle efetuadas pelo Escritório de Supervisão Interna e Serviços de Avaliação.
- 19 Em 2016, visitamos as representações no Brasil, Argentina e Uruguai. No final de cada visita apresentamos um relatório com nossos resultados e recomendações. Os relatórios foram entregues ao representante da OPAS/OMS no país em questão. Depois, solicitou-se à administração de cada representação que respondesse ao nosso relatório e elaborasse um plano de ação que seria executado para atender às deficiências detectadas. Este foi o sétimo ano consecutivo em que os auditores externos visitaram a Representação no Brasil. Este escritório foi responsável pela maior parte do gasto da OPAS.
- 20 Além disso, ao longo dos procedimentos de auditoria efetuados na Sede, examinamos documentação importante relacionada com a atividade das representações nos países.

3.2. Projeto *Mais Médicos*

- 21 A participação da OPAS no projeto Mais Médicos foi estabelecida no Termo de Cooperação 80, assinado entre a OPAS e o Ministério da Saúde do Brasil em abril de 2013 por um período de cinco anos (até abril de 2018), com a possibilidade de estendê-lo por mais cinco anos (até 2023). O propósito deste projeto é melhorar o acesso da população do Brasil à atenção primária à saúde. Para executar o acordo, a OPAS e o Governo de Cuba acordaram a participação de médicos cubanos no projeto. Em 21 de março de 2017 foi assinado o décimo Termo de Ajuste, que permanecerá em vigor até abril de 2018.
A implementação total do projeto, quanto aos recursos financeiros, subiu para US\$ 1,827 bilhão (R\$ 5,24 bilhões) desde seu início até dezembro de 2016; desse montante, pelo menos US\$ 465,3 milhões foram desembolsados em 2016 (R\$ 1.614.700.000).
- 22 Analisamos a administração do projeto Mais Médicos pela OPAS em 2016, tanto na Sede como na representação no Brasil. Reconhecemos as melhoras obtidas na área dos recursos humanos, assim como na funcionalidade das ferramentas de tecnologia da informação. Não obstante, ainda encontramos algumas áreas que é necessário melhorar.
- 23 Um dos elementos importantes do quadro atual de controle interno do projeto é a base de dados utilizada pela Representação no Brasil para fazer o acompanhamento e supervisionar as atividades operacionais dos médicos cubanos que participam do programa. A OPAS melhorou a funcionalidade desta ferramenta e implementou a maior parte das recomendações formuladas pelos auditores externos e internos. No entanto, a base de dados ainda pode ser melhorada, ao eliminar alguns erros na documentação comprobatória, em particular os relacionados com a coleta de dados acerca de cursos de capacitação, as datas de chegada dos médicos novos e a ampla gama de tipos de incidentes e erros na introdução de dados no módulo de manejo de incidentes do COLPADI.

- 24 Com relação às deserções de médicos cubanos, o Auditor Externo conciliou a lista oficial de deserções enviadas ao Ministério da Saúde com a base de dados do COLPADI e o sistema de comprovação de faturas. Observamos que em alguns casos os dados sobre deserções da lista oficial enviada ao Ministério da Saúde e os dados registrados na base de dados do COLPADI não coincidiam. Também observamos que dois casos de deserções que estavam na lista oficial e no COLPADI não figuravam expressamente como deserções no sistema de comprovação de faturas.
- 25 Detectamos que algumas operações do projeto Mais Médicos, no montante de US\$ 2,6 milhões, foram financiadas mediante fontes diferentes das indicadas no Termo de Cooperação 80.
- 26 Com relação a uma demanda judicial sobre a constitucionalidade do projeto, consideramos que diminuiu o nível de risco de que se anuncie uma decisão desfavorável. Apesar disso, ainda há demandas por resolver; além disso, devido à conjuntura específica do país, a OPAS deve manter um plano de contingência atualizado para enfrentar as situações adversas que possam surgir.
- 27 Observamos que ao menos 50 médicos cubanos haviam apresentado demandas judiciais relacionadas com o projeto Mais Médicos. O objetivo das demandas é obter a prorrogação de seus contratos e obter as mesmas condições de trabalho que outros médicos que trabalham no mesmo projeto. Essas demandas implicariam um risco potencial se os médicos ganhassem os casos e conseguissem que um tribunal determine que devem ter as mesmas condições de trabalho que outros médicos que participam do programa. Este evento hipotético poderia provocar um número grande de demandas da mesma natureza, o que seria grave para o funcionamento do projeto Mais Médicos.

Recomendação 1: Recomendamos examinar a entrada de dados na base de dados do COLPADI para velar por sua qualidade e exatidão, especialmente os dados dos médicos participantes novos. A administração da Representação no Brasil deve analisar a capacidade do módulo de incidentes, homogeneizar os tipos de incidentes e examinar os incidentes não resolvidos e os dados correspondentes.

Recomendação 2: Recomendamos examinar de maneira especial as deserções dos participantes e realizar um acompanhamento. Deve-se fazer uma comprovação detalhada de que a informação apresentada na lista oficial de deserções, na base de dados do COLPADI e no sistema de comprovação de faturas coincida.

Recomendação 3: Recomendamos evitar usar verbas orçamentárias ou doações gerais para financiar atividades que se encontram especificamente dentro do alcance do projeto Mais Médicos.

Recomendação 4: Recomendamos continuar fazendo um acompanhamento rigoroso das decisões adotadas nos tribunais brasileiros acerca das demandas dos médicos cubanos. Ao mesmo tempo, a OPAS deve elaborar um plano de contingência caso sejam emitidas sentenças favoráveis para os demandantes. Também recomendamos acompanhar muito de perto as decisões pertinentes do Supremo Tribunal Federal do Brasil e manter atualizado o plano de contingência.

4. Questões de Governança

- 28 Os Órgãos Diretores de uma organização internacional contam com alguns mecanismos para supervisionar a eficiência de suas atividades. Analisamos esses mecanismos como parte da auditoria.

4.1 Sistema de Informação Gerencial (PMIS) da Repartição Sanitária Pan-Americana (RSPA)

4.1.1 Antecedentes

- 29 Em 2010 o 50º Conselho Diretor autorizou formalmente um processo de modernização da Repartição Sanitária Pan-Americana (RSPA) e aprovou um orçamento de US\$ 22,5 milhões para a implementação do Sistema de Informação Gerencial da OPAS (PMIS), um sistema computadorizado de planejamento de recursos.
- 30 A implementação começou no início de 2014 e se dividiu em duas etapas: a fase 1 implantou o módulo de recursos humanos e folha de pagamento e a fase 2 implementou as outras funcionalidades, como finanças, aquisições, planejamento e orçamento, e finalmente vinculou todos os módulos num só sistema integrado. O PMIS começou a funcionar no início de 2016. Seu desenvolvimento e aperfeiçoamento foi executado paralelamente às operações diárias. Algumas funcionalidades não essenciais para o lançamento (por exemplo, encerramentos periódicos) e integração com sistemas externos (por exemplo, integração bidirecional com In-Tend) também foram acrescentadas em 2016. O custo total da implementação do sistema computadorizado foi de US\$ 23 milhões. Esse valor não inclui o enorme esforço e trabalho feito pelos funcionários da OPAS.

4.1.2 Exame de Auditoria

- 31 O sistema foi lançado no início de 2016. No dia da visita de auditoria o sistema já estava em operação há 14 meses, mas continuava sendo ajustado. O sistema passou por várias alterações em resultado da eliminação de bugs detectados, acréscimo ou remapeamento de processos. As modificações também incluíram correções de falhas na fase de implementação, integração com módulos externos (por exemplo, In-Tend) e extensão de funcionalidades.
- 32 Apesar de em 2016 a OPAS ter feito um importante esforço para concluir a implementação e o processo de ajuste, o sistema ainda não pode ser considerado plenamente confiável. Um grande número de modificações num sistema tão complicado pode produzir erros imprevistos. Portanto, as operações do sistema podem ser consideradas pela organização como sujeitas a risco material. Assim, é indispensável introduzir controles suplementares em todos os níveis operacionais.
- 33 A estrutura organizacional da OPAS baseia-se fortemente em departamentos verticais e independentes subordinados à alta administração (por exemplo, FRM e PBU). Essa

arquitetura é espelhada em Workday, onde os principais usuários em geral estão confinados por seus direitos de sistema às transações realizadas no âmbito de sua competência. Isso significa que cada responsável somente verifica a exatidão das transações pertinentes ao seu campo de competência e, em consequência, não pode acompanhar uma operação por todo o sistema.

- 34 Observamos que os controles sistemáticos necessários não eram realizados pelos departamentos. No caso de erros detectados ou falhas do sistema, o Departamento de Serviços de Tecnologia da Informação é encarregado de fazer o acompanhamento da configuração ou do problema técnico. Contudo, essas intervenções são pontuais e não servem como controle horizontal sistemático.
- 35 No relatório sobre a situação do PMIS preparado para a 11ª Sessão do Subcomitê de Programa, Orçamento e Administração do Comitê Executivo, a OPAS identificou uma lista de desafios relacionados ao sistema que foram enfrentados ou precisavam ser abordados no futuro:
- a. Alguns cenários não contemplados anteriormente precisam ser resolvidos com alternativas até que se encontre uma solução satisfatória;
 - b. Alguns comportamentos inesperados do sistema afetam os processos operacionais;
 - c. Preparação do encerramento financeiro bienal com PMIS pela primeira vez.
- 36 Durante a auditoria das demonstrações financeiras de 2016, os auditores prestaram atenção especial no desempenho do novo sistema. O processamento de dados do PMIS foi identificado como área de alto risco; assim, foram adotados procedimentos adicionais de auditoria para avaliar a exatidão e regularidade das transações registradas. Foram realizados testes específicos nesse sentido durante as visitas de auditoria às representações no Brasil, Argentina e Uruguai. Além disso, foi realizado um teste substantivo de uma amostra de transações na sede para detectar possíveis falhas do sistema.
- 37 Em resultado desse trabalho de auditoria, detectamos várias deficiências que afetam a percepção geral da utilidade do sistema e qualidade dos dados produzidos. Adiante, apresentamos alguns problemas detectados durante a auditoria, que não foram indicados anteriormente no relatório:
- a. A apresentação de relatórios em Workday não está plenamente adaptada às necessidades da Organização. Embora tenhamos observado melhorias em 2016, o uso de planilhas e cálculos fora do sistema é comum. A capacidade de apresentação de relatórios proporciona pouco apoio à gerência nas representações. O sistema não proporciona relatórios de desempenho financeiro às representações (fornecendo informação gerencial por projeto ou pessoa responsável) ou relatórios de implementação sobre uso do orçamento e saldos de projetos extra-orçamentários.
 - b. De modo semelhante ao sistema anterior, a preparação das demonstrações financeiras da OPAS para 2016 foi um processo que gerou grande carga de trabalho, operações manuais e manipulação de dados fora do sistema.
 - c. Os procedimentos de encerramento do ano do sistema contábil não incluem encerramento das contas de desempenho financeiro. Isso significa que o saldo em 31 de

dezembro de 2016 dessas contas (receita e despesa) é diferente do saldo em 1º de janeiro de 2017. Em resultado, a operação de abertura do exercício financeiro e transferência dos saldos é passível de erros. Foram detectados dois erros no saldo de abertura de 2017.

- d. Uma das áreas afetadas pela falta de relatórios confiáveis é a tesouraria. Os relatórios disponíveis no sistema não permitem conciliações bancárias rápidas e exatas. Trata-se de uma séria limitação do controle interno dos ativos em dinheiro para qualquer organização, principalmente para uma organização com mais de 60 contas bancárias.
- e. O sistema oferece uma funcionalidade muito básica no tocante à reavaliação de moedas estrangeiras. Trata-se de uma grave limitação funcional para um sistema implementado numa Organização que transaciona em 24 moedas e executa operações em 30 países. As implicações desse fato podem ser detectadas na contabilidade onde, por exemplo, uma reavaliação automática de valores a receber e pagar ou diferenças de câmbio em transações a dinheiro não são calculadas automaticamente.
- f. O sistema identifica e usa para registro das transações várias datas diferentes, por exemplo, datas de contrato, datas contábeis, datas de pagamento, etc. Contudo, não está claro quais são as datas consideradas pelo sistema para gerar relatórios ou calcular diferenças cambiais. É necessário definir precisamente quais datas são cruciais para cada tipo de operação contábil. A definição e entrada correta das datas é fundamental, por exemplo, para registrar corretamente os lançamentos contábeis, calcular o vencimento de valores a receber e pagar ou determinar os resultados de operações cambiais.
- g. Alguns processos internos ainda precisam ser ajustados e otimizados. Os pressupostos feitos antes da implementação do sistema incluíam a redução da carga de trabalho e redução das tarefas administrativas devido à automatização das atividades. Contudo, nas representações operações de valor elevado tiveram que ser artificialmente divididas em parcelas menores, inferiores ao valor de delegação de autoridade (por exemplo, US\$ 100.000) e registradas várias vezes em Workday como lançamentos múltiplos até atingir o valor total da operação. Isso multiplica desnecessariamente a carga administrativa para os Representantes.
- h. Para algumas transações contábeis em Workday, é preciso fazer upload de cópias do documento original. Contudo, não há uma regra ou política específica para o processo de arquivamento no sistema. Em resultado, a busca por documentos no sistema é difícil, pois os nomes dos arquivos não são padronizados.
- i. Os esquemas contábeis configurados no sistema normalmente são acionados pelo uso de worktags. Há muitas worktags definidas no sistema e seu uso é obrigatório para inserir qualquer operação no sistema. Um grande número de worktags, sua descrição semelhante ou significado obscuro produzem erros que podem ter importantes consequências para a exatidão do registro de dados e lançamentos contábeis. Esses erros em geral são difíceis de detectar e, uma vez descobertos, exigem que se faça uma correção manual.
- j. Apesar do esforço envidado para traduzir a interface de Workday, alertas do sistema, mensagens de erro, relatórios, procedimentos operacionais da OPAS e outros documentos, ainda há um grande volume de comunicações do sistema disponível somente em inglês. Embora seja o idioma de trabalho da Organização, há funções no sistema, particularmente nas representações, exercidas por funcionários que não falam inglês.

Recomendação 5: Recomendamos a designação de uma unidade específica ou equipe responsável pelo controle horizontal e sistemático.

Recomendação 6: Recomendamos a elaboração de uma lista dos relatórios necessários que devem ser preparados a fim de assegurar informações úteis e confiáveis para todas as áreas funcionais. A preparação da lista deve ser precedida por uma análise abrangente (incluindo um levantamento) das necessidades de todos os gerentes, com atenção particular às representações.

Recomendação 7: Recomendamos aumentar os esforços para limitar ao mínimo a manipulação de dados fora do sistema.

Recomendação 8: Recomendamos a introdução de um relatório de conciliação bancária no sistema. O relatório deve ser usado regularmente para conciliar mensalmente todas as contas bancárias, comparando dados obtidos dos bancos com os lançamentos no livro-razão.

Recomendação 9: Recomendamos uma atualização do sistema para permitir o cálculo exato das diferenças cambiais e reavaliação automática das posições abertas em moedas estrangeiras no encerramento do período. Se o tratamento correto dessas operações não for possível devido a limitações do sistema, deve-se incluir a informação relevante nas demonstrações financeiras e na política contábil da Organização.

Recomendação 10: Recomendamos a realização de uma análise e mapeamento das datas usadas pelo sistema. O trabalho deve terminar com um inventário das datas usadas no sistema e descrição de como cada data afeta a área de contabilidade (inclusive cálculo das taxas de câmbio), aquisições, orçamento e folha de pagamento.

Recomendação 11: Recomendamos um ajuste dos processos internos e procedimentos configurados em Workday. É importante concentrar-se nas áreas que demandam grande carga de trabalho, são repetitivas ou abundantes. O processo de otimização do fluxo de trabalho interno deve levar a uma redução da carga administrativa e automatização de tarefas passíveis de erros.

Recomendação 12: Recomendamos a elaboração de regras sobre armazenagem de documentos em Workday. É necessário introduzir uma padronização que permita o reconhecimento fácil de conteúdo e período com base no nome do arquivo. Além disso, as regras devem definir um padrão mínimo para os documentos que devem ser anexados a cada informação do sistema. Essas regras devem ser aplicadas a todos os documentos anexados a transações de Workday.

Recomendação 13: Recomendamos a adoção de controles mais rigorosos para o uso de worktags. As worktags devem ser revisadas e, se possível, algumas devem ser canceladas para os usuários ou operações em que não se aplicam. A análise de worktags deve incluir combinações dinâmicas, por exemplo, numa situação em que uma worktag é automaticamente cancelada dependendo de outras opções selecionadas ao ingressar os dados (por exemplo, número da conta, rubrica do orçamento, número do projeto).

Recomendação 14: Recomendamos traduzir mensagens e alertas do sistema relativos ao usuário final para outros idiomas além do inglês. Vários usuários do sistema nas representações não falam inglês, mas precisam operar o sistema. A incapacidade de entender claramente a documentação, mensagens ou instrução do sistema pode diminuir sua utilidade e contribuir para a entrada errônea de dados.

4.2 Fundo do Seguro Saúde Pós-Serviço (ASHI). Transferência do passivo do ASHI à Organização Mundial da Saúde (OMS)

- 38 Segundo o Regulamento do Pessoal da RSPA, a Organização financia os benefícios dos funcionários após a aposentadoria. Em 2010 a OPAS estabeleceu um fundo judiciário, o Fundo de Seguro Saúde Pós-Serviço (ASHI) para financiar o passivo do seguro saúde dos funcionários da OPAS no futuro. O passivo resulta de um cálculo atuarial do valor corrente das obrigações atuais e futuras relativas ao Seguro Saúde (SHI) dos funcionários na ativa e aposentados.
- 39 A contribuição inicial ao Fundo ASHI proveio de um excedente acumulado de contribuições pagas ao Fundo de Pagamentos por Rescisão da OPAS e uma contribuição do excedente gerado pela implementação do IPSAS (US\$ 10 milhões). Além disso, a OPAS estabeleceu uma contribuição ao fundo de 4% do pagamento líquido de salários dos funcionários e rendimento dos investimentos do fundo. Em 2016, essa contribuição totalizou aproximadamente US\$ 2,1 milhões. Além disso, em janeiro de 2016 a OPAS efetuou uma contribuição ao Fundo ASHI, transferindo US\$ 8 milhões do Fundo de Capital SHI.
- 40 No fim de 2016, o valor líquido do passivo corrente e não corrente assumido pela OPAS totalizou US\$ 252,2 milhões para o SHI. Os ativos do Fundo ASHI totalizaram US\$ 60,1 milhões. Assim, o déficit totalizou US\$ 192,1 milhões em 31 de dezembro de 2016.
- 41 Reconhecemos o compromisso da OPAS de reduzir o passivo líquido que surgiu quando o IPSAS foi implementado em 2010. Contudo, financiar plenamente o passivo continua sendo um desafio. Para abordar essa questão, a OPAS decidiu juntar o Fundo ASHI (ativos do Plano) com o Seguro Saúde dos Funcionários da OMS sob administração da OMS.
- 42 Em novembro de 2016 foi assinado um memorando de entendimento para unificar e simplificar a futura gestão do passivo do Fundo SHI e permitir que os ativos do ASHI sejam transferidos ao Fundo SHI da OMS para serem administrados de maneira mais eficiente. Ao entrar em vigor o memorando (na data em que o Diretor-Geral aprovar a modificação do Regulamento do SHI refletindo os arranjos financeiro descritos no memorando):
- a. A OPAS transferirá o saldo do Fundo ASHI (ativos do Plano) e a conta de capital do SHI (US\$ 60.111.536,77) ao Fundo SHI da OMS, a serem investidos como ativos do SHI segundo a política de investimento do SHI.

- b. A OPAS transferirá mensalmente ao Fundo Fiduciário SHI da OMS a contribuição de 4% para o ASHI descontada da folha de pagamento e, anualmente, qualquer excedente das contribuições ao seguro saúde.
 - c. A OPAS participará das reuniões do Comitê de Investimento da OMS sobre recomendações de investimento relativas ao Fundo SHI e receberá relatórios trimestrais sobre o investimento.
 - d. Anualmente será realizada uma avaliação atuarial conjunta, incluindo dados da OPAS, para aumentar a eficiência e reduzir os custos administrativos.
- 43 No período 2010-2015 havia dois tipos de passivo de benefícios dos funcionários da OPAS. Um era informado nas demonstrações financeiras da OPAS e incluído no passivo atuarial do ASHI para cargos não financiados pela OMS (cerca de 75% do total de funcionários). O segundo era informado nas demonstrações financeiras da OMS e nas demonstrações financeiras do seguro saúde dos funcionários para o passivo correspondente aos cargos financiados pela OMS (cerca de 25% do total, segundo a informação fornecida ao contador). O cálculo foi preparado levando em conta os cargos financiados pela OMS. Em 2016 estes incluíam uma parte dos funcionários da OPAS cuja remuneração era financiada por recursos da OMS alocados à Região das Américas (AMRO), mas com base numa estimativa da percentagem dos custos totais de recursos humanos financiados pela OMS, e não num censo.
- 44 O grande volume de recursos da OPAS destinados a reduzir o passivo de ASHI (US\$ 60 milhões) e o alto valor do passivo atuarial exigem um monitoramento rigoroso. Além disso, quando começarem a ser aplicados os termos de referência do memorando, será importante entender seus efeitos. Especificamente, no tocante a questões de contabilidade e subsequentemente sobre a apresentação do passivo atuarial nas demonstrações financeiras, bem como na gestão dos ativos alocados para financiar o ASHI. Isso devia ser planejado com bastante antecedência, levando em conta a entrada em vigor de uma nova norma IPSAS 39 para os benefícios dos funcionários.
- 45 Contudo, permanecerá sob administração da OMS parte do fundo ASHI, que será informado nos relatórios financeiros da OMS como passivo da AMRO para o ASHI (conforme indicado no relatório atuarial).

Recomendação 15: Recomendamos implementar procedimentos adequados entre as duas Organizações para que a OPAS possa preparar suas demonstrações financeiras, em particular assegurando recebimento oportuno dos relatórios de investimento sobre o desempenho dos ativos do plano da OPAS.

Recomendação 16: A OPAS deve participar das reuniões do Comitê de Investimento da OMS para assegurar que seus interesses sejam considerados e protegidos.

Recomendação 17: A OPAS deve elaborar um cronograma para obter 100% de financiamento do passivo do ASHI num certo período.

5. Acompanhamento das recomendações do ano anterior

- 46 No relatório de 2015 apresentamos várias recomendações sobre a administração da OPAS. Como parte de nosso trabalho, acompanhamos o progresso da OPAS em sua implementação. O acompanhamento detalhado, incluindo a resposta da OPAS e nossos comentários, encontra-se no Anexo B.
- 47 Em geral, somos da opinião de que a OPAS respondeu apropriadamente às nossas recomendações e está tomando medidas para resolver as questões indicadas. Concluimos que a OPAS respondeu de maneira muito positiva às nossas recomendações, já que todas foram encerradas ou estão sendo implementadas. Também tomamos nota da adequada implementação de nossas recomendações sobre o PMIS e Mais Médicos, já que ambos os projetos são cruciais para a Organização.

Agradecimentos

- 48 Gostaríamos de destacar nosso agradecimento pela cooperação e assistência proporcionada pela Diretora e pelos funcionários da Organização durante a nossa auditoria.

Madri, 27 de abril de 2017



Ramón Álvarez de Miranda García

Presidente do Tribunal de Contas da Espanha

Anexo A: Resumo das recomendações da Auditoria

Recomendação 1: Recomendamos examinar a entrada de dados na base de dados do COLPADI para velar por sua qualidade e exatidão, especialmente os dados dos médicos participantes novos. A administração da Representação no Brasil deve analisar a capacidade do módulo de incidentes, homogeneizar os tipos de incidentes e examinar os incidentes não resolvidos e os dados correspondentes.

Recomendação 2: Recomendamos examinar de maneira especial as deserções dos participantes e realizar um acompanhamento. Deve-se fazer uma comprovação detalhada de que a informação apresentada na lista oficial de deserções, na base de dados do COLPADI e no sistema de comprovação de faturas coincida.

Recomendação 3: Recomendamos evitar usar verbas orçamentárias ou doações gerais para financiar atividades que se encontram especificamente dentro do alcance do projeto Mais Médicos.

Recomendação 4: Recomendamos continuar fazendo um acompanhamento rigoroso das decisões adotadas nos tribunais brasileiros acerca das demandas dos médicos cubanos. Ao mesmo tempo, a OPAS deve elaborar um plano de contingência caso sejam emitidas sentenças favoráveis para os demandantes. Também recomendamos acompanhar muito de perto as decisões pertinentes do Supremo Tribunal Federal do Brasil e manter atualizado o plano de contingência.

Recomendação 5: Recomendamos a designação de uma unidade específica ou equipe responsável pelo controle horizontal e sistemático.

Recomendação 6: Recomendamos a elaboração de uma lista dos relatórios necessários que devem ser preparados a fim de assegurar informações úteis e confiáveis para todas as áreas funcionais. A preparação da lista deve ser precedida por uma análise abrangente (incluindo um levantamento) das necessidades de todos os gerentes, com atenção particular às representações.

Recomendação 7: Recomendamos aumentar os esforços para limitar ao mínimo a manipulação de dados fora do sistema.

Recomendação 8: Recomendamos a introdução de um relatório de conciliação bancária no sistema. O relatório deve ser usado regularmente para conciliar mensalmente todas as contas bancárias, comparando dados obtidos dos bancos com os lançamentos no livro-razão.

Recomendação 9: Recomendamos uma atualização do sistema para permitir o cálculo exato das diferenças cambiais e reavaliação automática das posições abertas em moedas estrangeiras no encerramento do período. Se o tratamento correto dessas operações não for possível devido a limitações do sistema, deve-se incluir a informação relevante nas demonstrações financeiras e na política contábil da Organização.

Recomendação 10: Recomendamos a realização de uma análise e mapeamento das datas usadas pelo sistema. O trabalho deve terminar com um inventário das datas usadas no sistema e descrição de

como cada data afeta a área de contabilidade (inclusive cálculo das taxas de câmbio), aquisições, orçamento e folha de pagamento.

Recomendação 11: Recomendamos um ajuste dos processos internos e procedimentos configurados em Workday. É importante concentrar-se nas áreas que demandam grande carga de trabalho, são repetitivas ou abundantes. O processo de otimização do fluxo de trabalho interno deve levar a uma redução da carga administrativa e automatização de tarefas passíveis de erros.

Recomendação 12: Recomendamos a elaboração de regras sobre armazenagem de documentos em Workday. É necessário introduzir uma padronização que permita o reconhecimento fácil de conteúdo e período com base no nome do arquivo. Além disso, as regras devem definir um padrão mínimo para os documentos que devem ser anexados a cada informação do sistema. Essas regras devem ser aplicadas a todos os documentos anexados a transações de Workday.

Recomendação 13: Recomendamos a adoção de controles mais rigorosos para o uso de worktags. As worktags devem ser revisadas e, se possível, algumas devem ser canceladas para os usuários ou operações em que não se aplicam. A análise de worktags deve incluir combinações dinâmicas, por exemplo, numa situação em que uma worktag é automaticamente cancelada dependendo de outras opções selecionadas ao ingressar os dados (por exemplo, número da conta, rubrica do orçamento, número do projeto).

Recomendação 14: Recomendamos traduzir mensagens e alertas do sistema relativos ao usuário final para outros idiomas além do inglês. Vários usuários do sistema nas representações não falam inglês, mas precisam operar o sistema. A incapacidade de entender claramente a documentação, mensagens ou instrução do sistema pode diminuir sua utilidade e contribuir para a entrada errônea de dados.

Recomendação 15: Recomendamos implementar procedimentos adequados entre as duas Organizações para que a OPAS possa preparar suas demonstrações financeiras, em particular assegurando recebimento oportuno dos relatórios de investimento sobre o desempenho dos ativos do plano da OPAS.

Recomendação 16: A OPAS deve participar das reuniões do Comitê de Investimento da OMS para assegurar que seus interesses sejam considerados e protegidos.

Recomendação 17: A OPAS deve elaborar um cronograma para obter 100% de financiamento do passivo do ASHI num certo período.

Anexo B: Implementação das recomendações do ano anterior

Examinamos a implementação pela administração das recomendações apresentadas no relatório de 2015. Resumimos a resposta e apresentamos nossa avaliação, com base no trabalho de auditoria dos controles internos.

RECOMENDAÇÃO	RESPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO	COMENTÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS
<p>Recomendação 1</p> <p>Recomendamos elaborar um plano de continuidade das operações ou um plano de recuperação após desastres e respectivos procedimentos para a ferramenta de TI usada para gestão do Projeto. Os procedimentos de recuperação devem incluir a execução de testes periódicos de recuperação do sistema num ambiente separado de TI para pré-produção.</p>	<p>O Representante no Brasil elaborou um Plano de Continuidade das Operações em 2011 que descreve todos os procedimentos necessários para recuperação e protege a informação durante um desastre; esse plano foi atualizado em 2012.</p> <p>Uma atualização detalhada não foi necessária, já que não há alto risco de desastre na área de Brasília que possa impactar a operação da Representação. Além disso, nos últimos três anos todos os riscos relativos a infraestrutura e sistemas de TI foram mitigados na medida do possível.</p> <p>Contudo, para atualizar o Plano de Continuidade das Operações, o Representante no Brasil executará o seguinte Plano de Ação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contratar um Consultor: elaborar os termos de referência, publicar o cargo e emitir o contrato (2 meses) • Consultoria para examinar o Plano de Continuidade das Operações (4-5 meses) <p>Executar as ações recomendadas para mitigar os riscos identificados no Plano de Continuidade das Operações (2017)</p>	<p>ENCERRADA</p>
<p>Recomendação 2</p> <p>Recomendamos realizar uma análise abrangente dos dados e validação da principal base de dados para resolver problemas de qualidade dos dados. A análise deve se concentrar em remover duplicatas e verificar a integração da base de dados. Além disso, ao mesmo tempo regras de validação devem ser introduzidas ou revisadas para prevenir o registro de dados inválidos.</p>	<p>Durante a sessão informativa, o Representante foi informado de que algumas informações na base de dados eram erradas ou duplicadas ou estavam faltando. Essas informações se referem a números de identidade ou de passaporte, que não têm impacto econômico.</p> <p>Para validar essa observação o IES programou uma segunda visita de auditoria para 2016, que foi concluída e estamos esperando o relatório final.</p>	<p>ENCERRADA</p> <p>(ABORDADA NO RELATÓRIO DE 2016)</p>
<p>Recomendação 3</p> <p>Recomendamos financiar todas as despesas do projeto Mais Médicos com recursos específicos, evitando exceções e uso de outros Termos de Cooperação para financiar atividades do Projeto.</p>	<p>A mesma recomendação foi abordada no relatório do Auditor Externo de 2014, e a situação não mudou.</p> <p>O programa de saúde indígena, implementado pelo Ministério da Saúde do Brasil, é um subsistema e não está diretamente vinculado aos municípios (devido à localização geográfica e condições administrativas, que também implicam um</p>	<p>ENCERRADA</p> <p>(ABORDADA NO RELATÓRIO DE 2016)</p>

	<p>subsídio federal). Por este motivo, não há municípios que forneçam contribuição local de contraparte para apoiar os médicos cubanos no programa de saúde indígena (alojamento, alimentação e transporte). Enfatizamos que o programa de saúde indígena tem um acordo de cooperação com a OPAS, que tem sido a fonte de financiamento para esta parte da remuneração dos médicos. Deve-se assinalar que a maioria dos médicos, cerca de 11.100, trabalham nos municípios, conforme estipulado no decreto do Governo Brasileiro (Portaria Nº 30 de 12 de fevereiro de 2014). Essa situação não caracteriza de nenhuma maneira o uso de outros acordos ou TC 80 para financiar o projeto, mas deve-se aplicar o que foi legalmente acordado com as contrapartes.</p> <p>A seguinte resposta foi fornecida ao Relatório de 2014:</p> <p><i>“Os médicos que trabalham em áreas indígenas precisam de suplemento monetário para compensar a falta de municípios que proporcionem alojamento, conforme estipulado no acordo. De acordo com as normas financeiras e regulatórias do Governo do Brasil, este componente não pode ser financiado com o mesmo orçamento destinado ao TC 80. Por esse motivo, continuaremos a financiar esse componente com o acordo correspondente e não com TC 80.”</i></p>	
<p>Recomendação 4</p> <p>Devido ao volume de recursos envolvidos no Programa Mais Médicos, é importante estabelecer com o doador um cronograma de pagamentos para evitar problemas com a transferência de fundos.</p>	<p>Essa observação está sendo implementada desde 2014; todo mês os funcionários do projeto se reúnem com o Ministério da Saúde para fazer as revisões necessárias no plano de trabalho e fluxo de caixa. Em 2016, com a mudança de governo, o Representante se reuniu com o Ministro da Saúde, o qual assegurou a continuidade do Projeto e, portanto, o fluxo normal de fundos. Até a data deste relatório (junho de 2016) não havia problemas de fluxo de caixa e todas as transferências tinham sido feitas de acordo com o cronograma.</p>	<p>ENCERRADA</p>
<p>Recomendação 5</p> <p>Recomendamos preparar um plano operacional com base na “Estratégia de Tecnologia da Informação da RSPA 2015-2019”, definindo prioridades de curso prazo, funcionalidades a serem desenvolvidas no PMIS, funcionários responsáveis, prazos e orçamento.</p>	<p>A equipe de serviços compartilhados do PMIS, de ITS, se reúne duas vezes por mês com os interessados diretos e os pontos focais da unidade responsável pelo processo institucional no PMIS para tratar as prioridades. Com base nessa análise, apresenta-se ao Comitê Consultor do PMIS uma lista das prioridades propostas para cada período. Este comitê, que se reúne uma vez por mês, é formado por pessoal responsável pelos processos institucionais e interessados diretos de diferentes áreas da organização. O Comitê Consultor do PMIS é presidido pelo Diretor do Departamento de Serviços de Tecnologia da Informação (ITS). Uma vez que o Comitê Consultor do PMIS tenha aprovado as prioridades do próximo período, a equipe de serviços compartilhados do PMIS se encarrega dos trabalhos necessários para implementá-las. Em cada reunião do Comitê Consultor do PMIS, a equipe de serviços compartilhados do PMIS apresenta um relatório de</p>	<p>ENCERRADA</p>

	<p>progresso sobre as prioridades anteriores e propõe uma nova lista de prioridades.</p> <p>A equipe de serviços compartilhados e os responsáveis pelos processos institucionais trabalham em estreita colaboração para analisar as oportunidades de simplificar os processos e encontrar soluções para os assuntos assinalados que requeiram uma decisão. Um documento com recomendações, incluindo diferentes opções, foi apresentado ao Comitê Consultor do PMIS para que tomasse uma decisão.</p> <p>Temos um documento sobre governança do PMIS, termos de referência para os diferentes grupos e documentação para cada conjunto de prioridades aprovadas com a capacidade de função, o responsável pela atividade, situação e outras informações. O documento de monitoramento de prioridades é examinado semanalmente com todos os envolvidos em cada tarefa. Também temos todos os pedidos de mudança em um sistema global (TopDesk–Change Management Module) onde fica tudo documentado e fazemos o acompanhamento das características, melhoras e mudanças históricas e futuras.</p> <p>Anexo: governança do PMIS, documentos com as atribuições dos diferentes grupos, exemplo de prioridades em um mês, exemplo de documento de acompanhamento de prioridades.</p>	
<p>Recomendação 6</p> <p>Recomendamos que se reforce o controle das transações no PMIS, bem como a verificação do registro dos processos institucionais no sistema durante o primeiro ano de funcionamento. Os controles estabelecidos devem ser sistemáticos e coordenados em diversos níveis da Organização, mediante uma combinação dos controles exercidos pelos responsáveis pelos processos institucionais, os controles horizontais e os controles independentes dos responsáveis pelos processos institucionais (efetuados pelo controle interno ou uma equipe especial). O objetivo desses controles deve ser alcançar uma segurança razoável quanto à exatidão, confiabilidade e credibilidade dos fatos coletados e processados pelo PMIS. O sistema de controle, bem como os cenários de teste e seus resultados, devem ser documentados e validados devidamente pelo Comitê Consultivo do PMIS.</p>	<p>FRM está modificando as ferramentas atuais de prestação de contas financeiras para prestar apoio ao marco de controle interno no contexto da implementação de Workday. A equipe está elaborando relatórios mensais e trimestrais de controle e cumprimento em diferentes níveis para garantir que haja prestação de contas e um melhor controle de todos os processos institucionais financeiros.</p> <p>Além disso, todas as transações financeiras efetuadas fora do processo ou do período institucional normal (saldos iniciais, transações de atualização, correções de entradas e processos novos) são submetidas aos testes correspondentes e validadas numa versão isolada de teste antes de passarem à versão em produção. Tais modificações requerem a aprovação do especialista no processo institucional e responsável pelo processo institucional.</p>	ENCERRADA
<p>Recomendação 7</p> <p>Recomendamos a preparação de um mapeamento de todos os sistemas de TI externos responsáveis por gerar dados relevantes processados em qualquer etapa pelo PMIS. Deve-se atribuir atenção especial aos sistemas usados pelas representações. O mapeamento deve identificar e apresentar os tipos de sistemas de TI usados, suas funções, tipo e volume de dados intercambiados, unidades responsáveis e controles implementados para assegurar a</p>	<p>Temos um documento mapeando todas as integrações e transferências manuais de dados para os principais sistemas. Arquivo Excel e diagrama anexados a título de referência.</p>	ENCERRADA

integridade dos dados.		
<p>Recomendação 8</p> <p>Recomendamos continuar o esforço para padronizar e harmonizar os procedimentos de transferência do conhecimento dos funcionários aposentados aos seus sucessores.</p>	HRM e AM prepararam um relatório final. Está esperando aprovação de KBR (maio de 2016) e deve ser implementada até 31 de dezembro de 2016.	EM CURSO
<p>Recomendação 9</p> <p>Recomendamos melhorar a eficiência e eficácia do processo de recrutamento da Organização.</p>	Após amplas consultas com Collaborative Solutions para implementar um novo módulo de recrutamento em PMIS, ficou claro que Workday tem muitas limitações e não atende as necessidades da OPAS. Em 4 de maio de 2016, membros de EXM endossaram a recomendação de colaborar com a OMS em seu novo módulo de recrutamento "Taleo". O sistema da OMS substituirá e-recruit e e-select e incluirá consultores e funcionários da ONU. A OPAS está participando do desenho.	EM CURSO
<p>Recomendação 10</p> <p>Recomendamos que a OPAS concentre seus esforços para cumprir os prazos definidos no cronograma do projeto.</p>	A Administração continuará a colaborar e monitorar as representações e departamentos na Sede, inclusive com um cronograma de desembolso acelerado de fundos (já emitido) ao longo do período orçamentário para promover a implementação oportuna e evitar um grande volume de gastos no final do biênio.	EM CURSO
<p>Recomendação 11</p> <p>No caso de transferência de todo o ativo e passivo do ASHI para a OMS, os direitos e obrigações da OPAS, inclusive a responsabilidade de apresentar relatórios, devem ser analisados e precisamente definidos. Além disso, deve-se assegurar a presença da OPAS nos órgãos diretores que administram o seguro saúde.</p>	Um acordo detalhado dos direitos e responsabilidades entre a OPAS e a OMS precederá a transferência do ativo e passivo do ASHI à OMS. Esse acordo considerará a gestão dos investimentos, alocação do rendimento e capacidade de monitorar o ativo e passivo da OPAS. As modificações do Regulamento do SHI para acomodar essa consolidação serão apresentados ao órgão diretor do SHI, o Comitê de Supervisão Global (GOC). A participação no GOC muda a cada dois anos. A participação contínua será proposta, mas não pode ser garantida. A participação no Comitê de Investimento da OMS também será proposta.	ENCERRADA